

CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL CT-PDCS/CIF

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL CT-PDCS/CIF

Participantes: Luz Marilda Maciel (SEGOV), João Luiz Paste (IFSN-ES), Edna da Neves e Silva, Diovana Renoldi Vieira (UFES), Marta Silva (UFES), Nelson Novaes Pedroso Jr. (FGV), Marcos DalFabro (FGV), Luiz Ferraro (Fundação Renova), Camila Batista Nogueira (Fundação Renova), Cirlene Furini (Fundação Renova), Danusa Nascimento (Fundação Renova), Willian Sarayed-Din (Fundação Renova), Eva Gazoni (Fundação Renova), Carlos Anselmo Cenachi (Fundação Renova), Cristiana Freitas (Fundação Renova), Guilherme Alberto R Araújo (Fundação Renova).

Dia quatorze de fevereiro de 2019, na sala 701 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo, FAPES, Av. Fernando Ferrari, 1080, Mata da Praia, em Vitória/ES, aconteceu a vigésima segunda reunião da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e controle Social CT-PDCS/CIF. A reunião foi iniciada pela representante da coordenação, Luz Marilda Maciel, da Secretaria de Governo da República, que deu as boas-vindas, explicou as mudanças na composição da câmara tanto de coordenação como de membros e realizou a rodada de apresentações. O representante do IJSN, do Espírito Santo, ressaltou que a câmara está sem a presença de Minas no momento por isso, as atividades relacionadas àquele estado deverão ser postergadas, por enquanto. A Renova iniciou a fala sobre os CITs de Mariana, Governador Valadares e Linhares. O Termo de Acordo Cooperação (ferramenta para formalizar parcerias) foi elaborado e finalizado em conjunto com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, ICMBIO, e o plano de trabalho elaborado em janeiro. Após assinatura do termo, a Renova irá contratar uma instituição para o desenvolvimento da concepção. Relatou também que o estado do Espírito Santo apresentou uma indicação para ser em Linhares e a possibilidade de compor uma parceria com a Fundação TAMAR em Regência, por isso a participação do ICMBIO, diferente do que foi feito em Minas Gerais. A CT informa que, como ainda falta a assinatura do termo, o cronograma será impactado. A Renova informou que todo termo de cooperação feito com o ente público implica em etapas internas que precisam de aprovação e a expectativa é para estar assinado no próximo mês. Em fevereiro o representante do ICMBIO irá formalizar a escolha do espaço que é objeto do termo de referência e constará no plano conceitual. A Renova lembrou que a definição do espaço não implicaria em nova aprovação do Conselho. Informou que, através das oficinas participativas, serão elaborados e aprovados os projetos, e que haverá a consulta de como a comunidade gostaria que o conteúdo fosse apresentado e que também teriam, como objetivo, acordar o conteúdo em conjunto com as outras Câmaras Técnicas, as Comissões e as Assessorias Técnicas. A CT alertou que os temas dos programas devem estar interligados, para que o conteúdo fique o mais completo possível. E informou que é preciso voltar com o conceito técnico do CIT como um centro de informações técnicas e que deve conter informações sobre toda a calha do Rio Doce. A CT explicou que é muito importante ter a clareza de qual é o objetivo central do CIT e, a partir disto, desenhar o modelo conceitual, sempre levando em consideração a questão da identidade local. A representante da SETADES lembrou que o conteúdo de cada CIT precisa ter a sua representatividade local, para que a comunidade se identifique e passe a utilizá-lo. A representante da Governança da Renova lembrou que o prazo para a entrega do conteúdo é final de março deste ano. Ficou acordado que seriam necessárias duas reuniões: uma para a revisão do conteúdo e outra para implantação do mesmo. Por último, a etapa de definição de quais indicadores seriam pertinentes para medir os resultados das implementações (competência do funcionamento técnico) e para saber se esse conteúdo estará disposto de forma clara e acessível. A Renova propôs fazer uma reunião para alinhar a definição dos indicadores do pondo de vista técnico, em atendimento os prazos das Deliberações nº 220 e nº 229. A CT identificou que a ideia

CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL CT-PDCS/CIF

47 é que a Renova já viesse para a reunião munida com o esboço desses indicadores, a fim de
48 aproveitar a discussão. A Renova respondeu que havia entendido que seriam construídos nesta
49 reunião. A CT sugeriu que os indicadores não tivessem apenas o objetivo finalístico, mas utilizados
50 como um artifício para avaliar como a comunicação do conteúdo está sendo feita. Pontuou uma
51 questão importante sobre a capacidade de se pensar sob a luz da comunicação, ou seja, pensar
52 não só no processo, mas de como e quem irá receber a informação. E, com os insumos gerados
53 pelas oficinas, aprofundar a discussão dos indicadores e suas metas. **Encaminhamento E22.1: A**
54 **Câmara Técnica irá trabalhar no modelo conceitual do CIT e articular com as CTs a oficina para a**
55 **discussão do conteúdo. Data ainda será definida. Encaminhamento E22-2: A Renova fará o**
56 **desenho da operacionalização de um método para a primeira oficina, com duração de um dia,**
57 **com a participação de aproximadamente 30 pessoas. Prazo: imediatamente.** Seguiu-se então
58 com a pauta para o item relacionado às atualizações do CIT de Governador Valadares. A Renova
59 informou que consultou a prefeitura de Governador Valadares sobre a disponibilização de um
60 espaço público para a instalação do CIT e obteve uma resposta extraoficial de que não haveria
61 possibilidade de ter um espaço naquele momento. A Renova então solicitou um ofício
62 formalizando a negativa, já que impactou diretamente no cronograma do projeto.
63 **Encaminhamento E22-3: A Renova irá enviar à Câmara Técnica, com cópia à SECEX, o status desta**
64 **implantação do CIT de Governador Valadares com o cronograma atualizado e o ofício**
65 **formalizado da negativa do município de Valadares sobre a solicitação de um espaço público**
66 **para o novo CIT.** Item atualizações do CIT de Mariana sobre a placa informativa de indicação do
67 local que é um Centro de Informações Técnicas. A coordenação da CT informou que falta a
68 vinculação com as questões do Rio Doce, mesmo que seja numa forma a não tirar a identidade
69 daquele espaço. O representante da FGV defendeu a utilização da nomenclatura “desastre”, em
70 relação à semântica, ao invés da palavra “acidente”. A representante da SETADES propôs, para a
71 equipe envolvida com a parte de comunicação, a necessidade de fazer um trabalho envolvendo as
72 escolas para verificar a percepção de crianças e jovens em relação ao CIT, para que fosse
73 representado por meio de um trabalho mais participativo, com feito em Mariana no Projeto
74 “Loucos por Bento”, que tem a identidade com o município. Mesmo com as lembranças trágicas,
75 a comunidade sabe que precisa de um local para momentos de reflexão. O nome “Centro de
76 Memória e Reparação do Desastre do Fundão” foi sugerido pela professora da UFES, assim como
77 a construção de uma linha do tempo com a história da mineração, chegando até ao rompimento
78 da barragem do Fundão. Avaliou-se que o nome “Centro de Informações Técnicas” é um nome
79 árido e que as pessoas não se identificam. E lembrou que este local não seria um memorial, mas
80 uma ação ativa e viva. A CT solicitou que a identificação do local destaque o nome CIT e não “Casa
81 do Jardim” e que haja um informativo para que as pessoas possam identificar facilmente o local.
82 A Renova explicou que o local contará com um espaço audiovisual com vídeos, de forma a ser mais
83 interativo, sempre atualizado com novas informações, que serão disponibilizados prospectos na
84 entrada, com o conteúdo que será visto. O formato/layout deste prospecto já foi validado,
85 faltando a avaliação do seu conteúdo. Haverá também capacitação específico para a equipe
86 responsável por recepcionar os visitantes. A Renova informou que recebeu um feedback da
87 comunidade local sobre a questão da falta de privacidade dos atendimentos feitos no CIA instalado
88 no CIT de Mariana, o que não procede, pelas respostas recebidas. Quanto à sensibilidade em braile
89 de todas as informações, já está alinhado, faltando apenas a realização da primeira oficina para
90 fechar o conteúdo. A CT solicitou que se fizesse uma pesquisa de conteúdo sobre quais
91 informações poderiam conter no espaço. Para isso, a Renova propôs a utilização dos totens já
92 existentes, para input da pesquisa de opinião, para que os visitantes já pudessem realizar a mesma

CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL CT-PDCS/CIF

93 em tempo real, mesmo havendo a pesquisa direta e escrita, para os atingidos. A CT reiterou que
94 os indicadores apresentados pela Renova não respondem às perguntas feitas durante a reunião,
95 como opinião das pessoas em relação ao espaço, se o conteúdo está pertinente e se foi entendido
96 claramente, visto que a informação precisa ser aquela que o atingido quer saber. Ficou acordado
97 o adiamento da definição dos indicadores até a próxima reunião da CT, em março, já que a
98 discussão na primeira oficina produzirá insumos para apoiar essas definições. **Encaminhamento**
99 **E22-4: Aprofundar as questões que já existem, com envio de sugestões à CT antes da reunião de**
100 **março.** Item Orçamento do PG36 – Esclarecimentos sobre a questão do orçamento do programa
101 PG 36. A Renova enviou a planilha e os conceitos do programa. A Governança esclareceu que a
102 definição do programa ainda não foi aprovada devido a falta de detalhamento desse custo, que
103 virá com a aprovação do seu escopo. A Renova começou a explanação citando a Cláusula nº175 do
104 TTAC, que estabeleceu um programa de Comunicação Internacional e Nacional por meio de um
105 site na Internet. O conceito do site foi revisitado pela equipe técnica do programa devida a entrada
106 do universo das redes sociais, com o objetivo de difundir as informações e atrair maior audiência.
107 Atende a todos os programas, com atualizações diárias, notícias, infográficos, perguntas e
108 respostas, documentos gerados pelos programas, além de esclarecimento e matérias sobre o
109 andamento da reparação. Com o crescimento exponencial dos acessos, devido a incorporação de
110 outras interfaces como portal do usuário e redes sociais, foi identificada a necessidade deste
111 aprimoramento, exigindo equipe que esteja disponível para o atendimento online. Hoje o acesso
112 é orgânico (direto) ao site e a agência prestadora dos serviços foi escolhida através de
113 concorrência, tendo uma equipe que opera o site e as redes sociais. O TTAC exige dez anos de
114 manutenção, que iria até 2026, mais a nova estrutura proposta gerou impacto no orçamento e o
115 incremento de mais 4 anos, prolongando até 2030, para acompanhamento dos programas no
116 longo prazo. Foi informado então um orçamento, até 2030, de mais R\$13 milhões, totalizando R\$
117 31 milhões para os próximos 20 anos de permanência do site. Na planilha entregue pela Renova
118 os detalhes estão bem demonstrados e servirão de base para o entendimento de todos os itens
119 incluídos. A CT concordou com o aumento no prazo de atividade do site e no orçamento.
120 **Encaminhamento E22-5: A CT fará Nota Técnica com as considerações sobre o novo escopo e**
121 **orçamento do site. Prazo: a ser encaminhado para o CIF de março.** Item questões sobre as NTs
122 nº 06 e nº 10. A CT havia solicitado que o site disponha de caixa de diálogo, de maneira de avaliação
123 das notícias, caixa de comentários sem moderação, perguntas ao final de cada notícia, destaque
124 para conteúdos explicativos e criação de agenda de reuniões e eventos. A Renova informou que
125 todos esses incrementos estão em fase de implantação e que estarão no ar antes no dia 28 de
126 fevereiro. Informou também sobre a inclusão das normas de acessibilidade, que está incluída na
127 reformulação geral do site. A CT reiterou a necessidade da plataforma do site ser mais amigável
128 para os diversos públicos que buscam informações sobre a reparação, principalmente que seja de
129 fácil acesso e navegabilidade. Complementou que, em conjunto com a Controladoria Geral da
130 União, onde foi montado um grupo de discussão com foco no desastre de Mariana, está sendo
131 construído um portal de transparência com informações municipalizadas, a fim de dar uma
132 visibilidade territorial. Serão disponibilizadas informações sobre os investimentos da Renova em
133 cada um dos programas, sobre a contratações locais, sobre o fluxo e condução dos programas e
134 outros temas de interesse, com previsão de implementação até julho de 2019. **Encaminhamento**
135 **E22-6: Será encaminhado à CT os descritivos que serão implementados no site e o cronograma**
136 **de inclusão das normas de acessibilidade. Prazo: final de fevereiro.** Item da pauta Ouvidoria. A
137 Renova apresentou algumas recomendações da Nota Técnica de avaliação do Programa 06, no
138 pilar Ouvidoria. Uma contextualização importante que foi feita é que a Ouvidoria responde

CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL CT-PDCS/CIF

139 diretamente ao Conselho Curador, para garantir a legitimidade do processo e possibilidade de
140 receber manifestação de qualquer outra área envolvida, e disponibiliza o acesso ao canal de
141 denúncias e reclamações, tendo o atingido como seu público alvo. Visa também subsidiar ações
142 de outros programas, como emissão de relatórios e sugestões de aprimoramento. Atua conforme
143 diretrizes nacionais e internacionais, pelos princípios orientadores dos Direitos Humanos da ONU,
144 com prazo de atendimento máximo de 20 dias. Quando a Ouvidoria recebe uma denúncia de
145 violação dos direitos humanos, a premissa é que, como a Fundação Renova já nasceu de um passivo
146 de direitos, com o rompimento da barragem, é imperativo que esses direitos não sejam violados
147 ao longo do processo de reparação e implementação dos programas. Trabalha, portanto, em
148 conjunto com a equipe de Direitos Humanos. Algumas violações, a depender de sua complexidade
149 e teor, são enviadas diretamente ao Ministério Público. A CT registrou que a Ouvidoria é um ponto
150 de ligação com o atingido, o que ajuda em situações que podem reverter em ajustes e
151 melhoramentos dos programas dentro da Renova. E, tão importante quanto ter números e
152 análises estatísticas das reclamações e das denúncias, é preciso saber o impacto que a análise pode
153 gerar dentro da própria Fundação Renova. A coordenadora da Ouvidoria informou que respondeu
154 ofício enviado pela Defensoria Pública, no qual consta relatório explicativo, que vai desde o início
155 do cadastro até a política de indenização e concessão de auxílio financeiro para as diversas
156 categorias, principalmente a pesca. A partir de uma análise mais criteriosa, por exemplo, junto
157 com a equipe de Direitos Humanos, verificou-se uma discriminação histórica no território contra a
158 mulher e sua profissão como pescadora, o que permitiu a reformulação do escopo do programa
159 de Cadastro. A CT pontou que a Renova precisa ficar atenta quanto às populações vulneráveis,
160 que são as que mais sofrem com o desastre e têm modos de vida díspares, que precisam ser
161 tratados dentro dessas especificidades culturais. A CT considerou que a reformulação do pilar
162 Ouvidoria atendeu às questões que estavam pendentes e superou as demandas listadas
163 anteriormente, por isso será excluído, na NT, a pendência com relação à aprovação do Programa.
164 **Encaminhamento E22-7: Constar no gráfico do relatório de acompanhamento, a partir desta**
165 **data, o público que a Ouvidoria atende por segmento como quilombolas, pescadores,**
166 **agricultores, etc. Prazo: dia 19/03. Encaminhamento E22-8: elaborar NT sugerindo aprovação da**
167 **definição do PG 06 e correspondente minuta de deliberação. Prazo: imediatamente.** A Renova
168 continuou o seu relato sobre os Canais de Relacionamento, que são instrumentos para capturar
169 inconsistência ou incoerência da atuação da equipe no território e para tentar influenciar
170 diretamente na reengenharia dos programas e o melhoramento na execução das ações. A
171 dificuldade a ser resolvida, além daquelas enfrentadas pelos três programas, são as demandas
172 dentro dos canais de relacionamento e que geram grande quantidade de passivos e manifestações.
173 Exemplos: Programa de Auxílio Financeiro Emergencial, Programa de Indenização Mediada e o
174 Programa de Cadastro. **Encaminhamento E22-9: produzir relatório separando o passivo de**
175 **60.000 manifestações em aberto, por tempo e por município, como Baixo Gandu e Linhares,**
176 **e/ou por importância vital em relação aos três programas: AFE, PIM e Cadastro. Prazo: 19/03.**
177 **Encaminhamento E22-10: Incluir indicadores da Ouvidoria com motivos das manifestações**
178 **(denúncias e/ou reclamações) ainda em aberto, para indicar a necessidade de melhoramento**
179 **dos processos. Prazo: 19/03.** A CT manifestou críticas ao evento realizado em Governador
180 Valadares, em dezembro de 2018, pela falta de organização e zelo por parte da Renova. Ainda
181 sobre os relatórios da Ouvidoria, a CT solicitou a reformulação do gráfico/slide que indica que 89%
182 das manifestações estão finalizadas e com sucesso de pagamento, o que não é verídico, bem como
183 a forma de apresentar os dados em gráficos, que pode gerar mais questionamentos do que
184 respostas. É preciso indicar que “processo finalizado” não significa que foi atendido sob o ponto

CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL CT-PDCS/CIF

185 de vista do solicitante. A CT sugeriu a apresentação em percentuais de “atingidos” e “não atingido”
186 por quantidade de manifestação, visto que, no universo de manifestações, estão os atingidos
187 diretos, os indiretos e os não atingidos. Ainda há a questão pontuada pela Renova, que a própria
188 definição de atingido ainda está em debate. Item Oficinas Participativas de Linhares e Barra Longa:
189 a coordenação da CT relatou sobre o sucesso das dinâmicas realizadas e do resultado obtido nessas
190 oficinas, mesmo com um apoio operacional complicado. Pontuou a necessidade de ser priorizado
191 o estado do Espírito Santo, pois ainda está sendo recomposta a participação de representante do
192 governo de Minas Gerais. A Renova observou sobre o orçamento para a realização de oficinas estar
193 previsto e contemplado no orçamento envidado no ano passado. A Governança irá resgatar o
194 histórico do orçamento para verificar se as oficinas estão contempladas. A mesma explicou que a
195 oficina vai além do que está estabelecido no âmbito do TAC-Gov, que inseriu a participação do
196 atingido no processo, e seu custeio está mais relacionado ao Programa de Participação, já
197 estabelecido pelo TTAC. A Renova questionou sobre o custeio das oficinas ser de responsabilidade
198 da Fundação. A representante da SETADES lembrou que, no começo, antes do TAC-Gov, o PG 06
199 não tinha a racionalidade que tem hoje, e a governança veio como instrumento necessário para
200 permitir a entrada no território e legitimar o diálogo das CTs com as comunidades. A Governança
201 pontuou que o TAC-Gov introduziu o atingido dentro do processo formal de governança da
202 reparação do Rio Doce. A coordenação da CT finalizou a 22ª reunião ordinária da CT-PDCS com a
203 mensagem que todos os atores envolvidos neste processo têm a obrigação de contribuir naquilo
204 que é sua capacidade específica, contribuindo para vencer e superar os desafios presentes e os
205 que surgirão pela frente.